



ISSN 1984-5634

DOSSIÊ

MAÇÃS E ANCESTRALIDADE: O ASSALARIAMENTO DE UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA (MUITOS CAPÕES/RS)

Apples and ancestry: the proletarianization of a quilombola community (Muitos Capões/RS)

ACÁCIO GARCEZ CARNEIRO¹

RESUMO

Este artigo propõe analisar, por meio da história oral, o processo de proletarianização da comunidade remanescente de quilombo Mato Grande, situada no município de Muitos Capões/RS. A partir das lentes da história ambiental e de uma discussão sobre antropoceno e capitaloceno, identificou-se que os processos de mudança ambiental decorrentes da pomicultura de maçãs no município levaram os moradores a abandonarem o plantio de subsistência e se dedicarem a vender sua força de trabalho nas firmas de maçã da região. Como consequência, há uma importante perda de identificação com o território, o aumento de uma expropriação indireta e a diminuição de sociabilidades entre os quilombolas.

PALAVRAS-CHAVE: agrotóxicos; antropoceno; quilombo.

GERÊNCIA EDITORIAL:

Bruna Cristina Oliveira Pupe
Pedro Haas Zanotto

SUBMETIDO: 16/01/2025

ACEITO: 28/06/2025

ABSTRACT

This article proposes the analysis, throughout oral history, of the proletarianization process of the *quilombola* community of Mato Grande, located in the municipality of Muitos Capões/RS. With the lens of environmental history and a discussion about anthropocene and capitalocene, it was identified that the processes of environmental change resulted by the apple's pomiculture in the region made its inhabitants abandon subsistence farming and start the selling of their workforce in the apple industry. Therefore, there is an important loss of identity with the land, the rise of an indirect expropriation of the territory and the fall of sociabilities between the *quilombolas*.

KEYWORDS: agrochemical; anthropocene; quilombo.

COMO CITAR:

CARNEIRO, A. G. Maças e Ancestralidade: o assalariamento de uma comunidade quilombola (Muitos Capões/RS). *Aedos*, Porto Alegre, v. 17, n. 40, p. 179-196, jan.–jun., 2025.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

1 Mestrando no PPGHist da Universidade Federal do Rio Grande do Sul com orientação da Prof^a Dr^a Melina Kleinert Perussatto. ORCID Id: <https://orcid.org/0009-0008-6225-8396>
E-mail: acaciogarcez@outlook.com.br.

INTRODUÇÃO: ANTROPOCENO, CAPITALOCENO E A NATUREZA-BARATA

Entrevistador²: E o senhor seu José, como foi sua infância aqui?

José: A minha também foi boa. O meu pai nos levava para trabalhar e nos ensinava. Aprendemos muita coisa com ele. Que nem, hoje a gente faz as coisas a partir do que ele ensinou.

E: O pai foi o professor. E desde que idade vocês começavam a ajudar na lavoura?

Juventina: Olha, na verdade, eles ensinavam a gente desde que a gente já conseguia carpir um pouquinho. Já ensinavam. De uns 6 anos pra frente. De 6 pra frente já levavam, não tinha esse negócio.

Jo: Desde pequenininho já começava.

Ju: Mesmo que não fizesse muita coisa. Eles não nos obrigavam a fazer. Levavam para ensinar, sabe? Foi o que a gente aprendeu. (Da Silva; Godinho, 11 mar. 2024)

Zenilda: Só que agora mudou muito... Mas sempre vem ajuda. Os que podem e os mais chegados, amigos mesmo. Daí vem. Porque tem uns que... Mas assim, não adianta estar falando (risos). Tem coisas que é a gente mesmo, não adianta ficar batendo boca com os vizinhos. (Da Luz, 11 mar. 2024)

Paulo: Eu, na verdade, parei de estudar para trabalhar. Parei na 5ª série.

G³: A mãe parou na 8ª.

Janaína: A maioria parou pelo trabalho.

P: Parei para ajudar a mãe, era complicado. Vivia trabalhando. (Da Silva; Ribeiro, 11 de março de 2024)

Essas três entrevistas foram feitas com pessoas que moram na comunidade remanescente de quilombo Mato Grande/Matão, situada no município de Muitos Capões, nos Campos de Cima da Serra do Rio Grande do Sul (Figura 1). Algo que tangencia os três trechos é a visão de uma transformação que vem ocorrendo e se consolidando na comunidade: a transição de uma agricultura camponesa, para uma vida de assalariamento. Muitos Capões se emancipou de Vacaria em 1996 (Prefeitura de Muitos Capões, s/d) e, tanto antes quanto após sua emancipação, teve sua vida orientada para o mundo agrícola, inicialmente com a criação de gado em estâncias e, mais recentemente, com o agronegócio e o cultivo de soja e maçãs (Carneiro, 2025, p. 83). A comunidade do Mato Grande, ou Matão, participou desse processo econômico com um papel que foge da regra: na época das estâncias, exerciam um campesinato com lavouras de subsistência; na época do agronegócio, exercem um papel de proletariado.

O presente artigo se propõe a analisar como vem ocorrendo o processo de assalariamento dos quilombolas do Mato Grande e quais as suas consequências a nível social e ambiental. Convém primeiramente apresentar a comunidade e a metodologia deste artigo. Em 2016, o Mato Grande foi reconhecido pela Fundação Cultural Palmares como uma comunidade remanescente de quilombo (DOU, 2016, p. 9), mas não recebeu titulação e sua Associação Quilombola ainda está no processo de formalização no corrente ano, 2025. Meu contato com a comunidade se deu por pura curiosidade no ano de 2023, quando resolvi visitar o quilombo que se localiza a 40 km da minha casa, onde moro há quase 20 anos e durante todo esse tempo sequer sabia de sua existência. Após o contato inicial com a comunidade, foi manifestado um interesse mútuo em uma pesquisa histórica: meu, como objeto de pesquisa para meu mestrado; do Mato Grande, como uma forma de divulgar a comunidade. E afirmo isso pois na minha primeira visita conversei com Janaína da Silva, uma das mulheres à frente da organização da Associação Quilombola, que me disse que “finalmente querem saber da nossa história” (Carneiro, 2024c, p. 2).

2 Visando uma leitura mais dinâmica, todas as entrevistas sofreram correções gramaticais e de concordância, mas sem a remoção do sentido e de elementos próprios da fala e do linguajar local.

3 Trata-se de uma criança, por isso o nome foi ocultado e será usada apenas a inicial G.



Figura 1: localização de Muitos Capões no Rio Grande do Sul.

Fonte: Wikipédia.

A partir daí, iniciamos um trabalho coletivo de escrita da História do Matão tendo como orientação a história oral. Até o momento foram gravadas⁴ oito entrevistas diferentes com mais de 12 pessoas – fora conversas não gravadas, mas que foram registradas em caderno de campo próprio (Carneiro, 2024b). Utilizando o que José Carlos Meihy e Fabiana Holanda (2020, p. 34-35) chamaram de “história oral de vida”, produzimos entrevistas que versam sobre assuntos diversos, mas cujo cerne se encontra na experiência e na vivência das pessoas. Dentre as diversas temáticas, foram recorrentes as falas sobre a agricultura e sobre um modo de vida camponês que não é mais praticado. São estes trechos que irei utilizar neste artigo para refletir sobre como a comunidade pensa, expressa e sente as transformações socioambientais ocorridas no Mato Grande.

Antes de mergulharmos nos significados dos quilombolas do Matão, convém algumas reflexões sobre a questão ambiental. Em seu clássico artigo onde discorre sobre a finalidade e a particularidade da história ambiental, Donald Worster (1991, p. 199) afirma que se trata de uma nova forma de escrever a história, a qual passa a se centrar nas relações entre humanidade e meio ambiente, tirando a natureza de um simples “pano de fundo” para um papel de protagonismo. Dentro das lentes ambientais existem três níveis que podem ser acessados para se pensar as relações humanidade/natureza: entendimento da natureza e como ela se organiza; relações socioeconômicas com o ambiente; interações e significados de grupos sobre a natureza (Worster, 1991, p. 202). No nosso caso, por estarmos tratando de uma comunidade quilombola em processo de assalariamento, estamos utilizando o segundo nível de análise, que foca nas relações produtivas.

⁴ Todas as entrevistas foram gravadas e autorizadas, sendo parte da minha pesquisa de mestrado desenvolvida no PPGHist da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Desse modo, ficarão disponibilizadas no Repositório de História Oral (REPHO) da UFRGS após a conclusão da dissertação.

Afinal, “o historiador ambiental deseja saber que papel a natureza teve na moldagem dos métodos produtivos e, inversamente, que impactos esses métodos tiveram na natureza” (Worster, 1991, p. 209). Pelas entrevistas podemos perceber como a forma de trabalho da comunidade é dependente da natureza, do meio em que vive e como, justamente pelas transformações ambientais, ela atualmente tem que escolher um outro método de trabalho para garantir sua subsistência.

Além de fundamentar nossa análise teórica, os estudos ambientais também nos trazem um conceito e uma categoria de análise-chaves que nos auxiliam a pensar e compreender as mudanças ambientais e sociais decorrentes do ciclo capitalista. No ano 2000, os cientistas Paul Crutzen e Eugene Stoermer utilizaram pela primeira vez o termo Antropoceno para se referir a uma nova era geológica do planeta: uma era em que as ações humanas determinam as transformações da Terra (Crutzen; Stoermer, 2000, p. 17). Apesar de rapidamente ter sido adotado e utilizado pelas ciências naturais, houve uma grande resistência e críticas por parte das Humanidades, as quais desenvolveram outros “cenos” que pudessem dar conta das catástrofes e transformações ambientais das últimas décadas⁵. De acordo com Alfredo Ricardo Lopes e Mário Martins Júnior (2020, p. 22), o antropoceno vem servindo como um regime de historicidade, no sentido de que as pessoas passam a compreender que a humanidade (em sentido abstrato) é o centro do mundo: “O Antropoceno emerge como um conceito que materializa a ânsia por dominação do homem moderno, quando pela busca da dominação da natureza, passa a experimentar as consequências da crença em sua especialidade”. O ser humano é o responsável pela transformação do mundo, seja para destruir, seja para o salvar.

Dentre os inúmeros “cenos” que foram criados, utilizamos aqui o Capitaloceno conforme foi desenvolvido por Jason W. Moore (2022) e que, em linhas gerais, entende que as transformações climáticas não são decorrentes das ações do *anthropos*, do ser humano essencializado. Na verdade, o colapso ambiental é decorrência da ação do Capital, o elemento que justifica e fortalece toda e qualquer ideologia, diminuindo aquilo que não lhe convém (Moore, 2022, p. 143). O nome que utilizamos para identificar e pensar o ritmo das mudanças ambientais é mais do que simples floreio. Como colocado por Renato Sztutman (2023, p. 175-180), o que importa é a nossa capacidade de responder e resolver os problemas que se encontram diante de nós na atualidade. O Antropoceno, por essencializar as mudanças climáticas à humanidade generalizada, não apenas invisibiliza os grandes responsáveis, como promove uma disseminação da culpa e dos impactos a quem é mais vulnerável (Crist, 2022, p. 82). O Capitaloceno, por sua vez, define claramente que o impacto ambiental decorre da ganância desenfreada, da ideia eterna de crescimento e acumulação. Isso evidencia os grandes culpados, que são os grandes donos do capital global. Ao passo que acumulam privativamente os lucros e as riquezas, externalizam coletivamente os custos de seu crescimento desenfreado e destruidor (Moore, 2022, p. 180).

Isso é fundamental quando tratamos de comunidades quilombolas, visto que uma das consequências do Capitaloceno é o racismo ambiental:

Racismo ambiental é o conjunto de ideias e práticas das sociedades e seus governos, que aceitam a degradação ambiental e humana, com a justificativa da busca do desenvolvimento e com a naturalização implícita da inferioridade de determinados segmentos da população afetados – negros, índios, migrantes, extrativistas, pescadores, trabalhadores pobres, que sofrem os impactos negativos do crescimento econômico e a quem é imputado o sacrifício em prol de um benefício para os demais (Herculano *apud* Rangel, 2016, p. 130).

⁵ Sobre o que significa o Antropoceno e como isso impacta a forma de pensar a História e a agência humana, ver Hamilton, Bonneuil e Gemenne (2016).

No Brasil e nos demais países latinos, vemos a hegemonia de uma noção de desenvolvimento baseada na exploração intensa da natureza ignorando totalmente os custos ambientais e inclusive promovendo - direta ou indiretamente - violências contra as populações que se encontram nos territórios cobiçados pelo capital (Svampa, 2019, p. 38-43). Assim, o racismo ambiental vem a ser a legitimação desse crescimento destrutivo por cima das pessoas consideradas socialmente “inferiores” ou “atrasadas”. Tauã Rangel (2016, p. 136) identifica isso no Espírito Santo, onde algumas mulheres quilombolas fizeram uma carta apontando os prejuízos que a comunidade estava passando em decorrência de mineradoras, lavouras e petroleiras nas imediações do quilombo. Além da sujeira e do fedor, o solo passa a ficar contaminado, limitando e até impedindo o desenvolvimento da agricultura da comunidade.

O racismo ambiental está diretamente conectado ao Capitaloceno porque o Capital legitima que tais comunidades sofram com os custos ambientais. Afinal, basta ver no senso comum as repetidas falas que entendem que quilombos e aldeias indígenas “não produzem”, ou “não geram lucro”⁶. Logo, não desenvolvem o país e devem ser substituídas por empreendimentos massivos. Com isso, entramos no conceito de “Natureza-Barata” (Moore, 2022, p. 160), que consiste na ideia de que as empresas e indústrias buscam o máximo de lucro com o mínimo de custo, logo, utilizando as forças da natureza de forma intensiva. Por exemplo: é muito caro contratar uma empresa de reciclagem para cuidar dos resíduos sólidos deixados no processo industrial. Mais simples é atirar no rio, que vai gratuitamente correr e levar esse lixo para longe. Isso é a exploração da Natureza-Barata, onde o mundo natural se torna uma espécie de mão-de-obra que não recebe direitos trabalhistas e não necessita de folga, sempre produzindo e gerando riqueza ao capitalista.

Além desses usos mais óbvios, Moore (2022, p. 149) entende que a Natureza-Barata envolve também o trabalho das pessoas que não são brancas, europeias e homens. Historicamente se vê que as pessoas negras e indígenas foram inseridas como parte da “Natureza” a ser colocada para trabalhar para o Capital. Seja na escravidão, seja no racismo ambiental contemporâneo, a força de trabalho dessas pessoas à margem do padrão ocidental é também parte da Natureza-Barata, já que via de regra recebem inclusive salários mais baixos. Isso porque o Capitalismo se sustenta na criação e atribuição de valores, portanto para sustentar a exploração, é fundamental a existência de pilares, os quais Moore (2015, p. 62) chama de “*Four Cheaps*”⁷: comida barata, força de trabalho barata, energia barata e matéria-prima barata. A barateza se encontra no baixo valor que é atribuído apesar da importância crucial para a manutenção do sistema. Ou seja, o trabalho dessas pessoas da “Natureza” é inferiorizado na lógica capitalista para que seja explorado com o custo mais baixo possível.

A Natureza-Barata é um conceito que nos ajuda a pensar o porquê de determinadas coisas e práticas possuírem um valor e uma importância, enquanto outras não. Isso porque só é útil ao capital aquilo que lhe dá lucro, fazendo com que as mentalidades sejam alteradas pelo capitalismo para atribuírem e enxergarem novos valores, porque é aquilo que está trazendo lucro e desenvolvimento (Moore, 2022, p. 147). Essa é mais uma das causas do racismo ambiental. Antônio Bispo dos Santos (2023) discorre sobre o modo de vida quilombola, em especial no Piauí, o qual tem sido frequentemente atacado porque a demanda por natureza-barata faz com que o agronegócio e outras indústrias extrativistas cheguem nas imediações das comunidades, promovendo a diminuição de relevância dessas pessoas em prol de um “desenvolvimento”. Nas palavras do autor:

6 Como exemplo, referenciamos as reflexões de João Pacheco de Oliveira (1995) a partir da fala de um adolescente que lhe disse que “havia muita terra para pouco índio”.

7 “Quatro Baratos” (tradução nossa).

Acabou um modo de vida, o modo de vida do lugar onde eu nasci. Chapada Grande tinha uma infinidade de plantas, a mata cheia de frutos e animais, uma vida amplamente compartilhada. Essas vidas foram atacadas e destruídas, e os modos que faziam com que a vida acontecesse também deixaram de existir. O que aconteceu com as pessoas que sabiam viver a partir desses modos? (Santos, 2023, p. 96).

A lógica do Capital atribui valor somente ao que pode ser usado para gerar lucro. Os saberes dos antigos quilombolas, saberes ancestrais sobre como viver e trabalhar naquela terra, não geram dinheiro e são “inúteis” ao capitalismo. Gradativamente, a exploração da Natureza-Barata chega na comunidade, fazendo com que as pessoas jovens não vejam utilidade nesses saberes e no cultivo do próprio espaço. Mais vale a pena ser empregado de uma empresa e ganhar salário para comprar um telefone ou um carro. É assim que as comunidades são atacadas e destruídas no Capitaloceno. Mais do que impactos ambientais, os impactos sociais da exploração intensa do planeta pela lógica capitalista acontecem diante de nossos olhos, incapazes de enxergar por trás dos antolhos⁸ que a criação de valor coloca em nossos rostos.

O MÉTODO DA HISTÓRIA ORAL NA TEMÁTICA AMBIENTAL

A “História Oral Ambiental”, termo utilizado pelo professor Robson Laverdi em palestra proferida em 2024, é a metodologia que utilizamos neste trabalho. A história oral consiste na produção de entrevistas que são interpretadas posteriormente pela pessoa historiadora. Muito além de factuais, as entrevistas nos permitem entrar na subjetividade das pessoas e analisar os significados que elas atribuem aos eventos e acontecimentos de suas vidas (Portelli, 1997, p. 31). Pelas lentes da história ambiental, as narrativas nos permitem entrar nos meandros das representações e significados espaciais e ambientais e nas formas através das quais as pessoas enxergam e simbolizam o meio em que vivem (Laverdi, 2024).

José Augusto Pádua e Alessandra de Carvalho (2020, p. 1335) identificaram uma ausência em estudos ambientais que utilizam a história oral, principalmente com comunidades indígenas e quilombolas. A necessidade de fazer pesquisas assim decorre do fato de que essas comunidades tradicionais possuem maneiras particulares de interagir com a natureza muito diferentes da forma que vemos no Capitaloceno (Santos, 2023, p. 18-20). Se queremos pensar maneiras de evitar o colapso ambiental e enfrentar o racismo ambiental, é fundamental que sejamos capazes de nos despir do véu da Natureza-Barata e compreender outras formas de ver, construir e interagir com o mundo. E a ancestralidade quilombola é uma dessas formas.

Dando continuidade ao que foi exposto na introdução, foram realizadas até o momento oito entrevistas com 12 pessoas diferentes. O procedimento metodológico se deu de forma delicada, principalmente pelo fato de eu ser um homem branco e que não sou nem mesmo do município de Muitos Capões. Chegar na comunidade já em busca de respostas seria não apenas um desrespeito, mas uma manifestação da minha racialização e branquitude, incapaz de compreender as particularidades daquela comunidade que por tanto tempo foi marginalizada e vítima de racismo e segregação (Carneiro, 2024c).

Como dito por Alessandro Portelli (1997, p. 36), “o resultado final da entrevista é o produto de ambos, narrador e pesquisador”. A história oral é resultado de um processo dialógico entre a pessoa

⁸ Antolho é como se chama a “viseira” usada nos cavalos com a finalidade de que o animal enxergue apenas para a frente.

que entrevista e a pessoa entrevistada, o que faz com que nossas perguntas sejam fundamentais para as respostas que vamos receber. Mais do que isso, a produção da fonte oral não é um ato objetivo e cru, mas um processo dinâmico e vivo, que requer uma flexibilidade da pessoa que entrevista de modo a saber fluir com a pessoa entrevistada, acompanhando o fluxo narrativo e sabendo puxar de volta à temática. Com isso em mente, as entrevistas foram conduzidas em um formato de conversa, com tópicos pré-determinados que iam se adaptando conforme a entrevista seguia. Muitas vezes o assunto da agricultura surgiu de forma espontânea, outras vezes foi necessária uma provocação do entrevistador.

Para o presente artigo, selecionei alguns trechos mais pontuais sobre a temática agrícola, ambiental e de transformações nas relações de trabalho e sociabilidade no quilombo. Mais do que factuais, conseguimos ver as subjetividades das e dos moradores (Schmidt, 2011), abrindo estradas para que possamos refletir em como o sistema capitalista atua na construção de valores que passam a ser adotados pelas pessoas, e como esses valores se contradizem com as próprias vivências das pessoas.

DA PLANTAÇÃO “DE TUDO PRO GASTO”, PARA O TRABALHO NAS FIRMAS

O quilombo Mato Grande é uma comunidade rural negra e, como tal, desenvolveu-se a partir de uma lógica camponesa (Rios; Mattos, 2005, p. 221). As moradoras se lembram bem desse tempo, onde viviam da terra e com a terra:

Entrevistador: E o que costumava plantar, quando a senhora plantava?

Terezinha: Ah, quando eu trabalhava com meu pai [Cilírio Guilherme da Silva] era de tudo. Era amendoim, era feijão, era batata, era aipim, era milho, tudo. Tudo a gente plantava.

E: Vocês plantavam em uma lavoura própria?

T: Sim, nossa própria terra.

E: Era para vender?

T: Não, era só para nós.

E: Eventualmente vendiam o que sobrava?

T: Não, naquele tempo a gente não vendia. Se aproveitava pouco, às vezes eles vendiam num domingo. Mas era pouco. Era mais só “pro gasto”.

E: Como era feita essa plantação? Vocês tinham máquinas agrícolas?

T: De arado com boi.

E: Isso aí devia dar um trabalho que nossa né.

T: Meu pai era [com arado]. Lavrava todas essas lavouras aqui. Tudo, tudo. De arado. Para puxar as coisas era com carreta. (Da Silva, 11 mar. 2024))

Terezinha lembra de um tempo em que a família era proprietária da própria terra e a cultivava não pensando em lucro, mas sim na subsistência - o famoso “pro gasto”. Essa lógica camponesa é completamente diferente da promovida pelo agronegócio, o qual enxerga a terra como fonte de lucro e promove o plantio em vastas áreas para render mais e, ainda por cima, o cultivo de uma monocultura que não alimenta (Pino, 2022, p. 101). O fato de os quilombolas plantarem para o consumo próprio se manifesta na fala de dona Terezinha ao lembrar que antigamente eles tinham “de tudo”. A grande variedade alimentícia era fundamental para a manutenção da ordem social e, mais do que isso, da vida. O fato de ela dizer que tinham tudo sem dúvida tem ligação com uma carência na contemporaneidade, visto que os alimentos costumam vir do mercado e não mais da própria lavoura.

O senhor Gumercindo também pensa assim, como mostra a sua narrativa:

Gumercindo: Tinha dois armazéns, mas agora não existe mais. Eram muito antigos.

Entrevistador: E lá tinha tudo para vender?

G: Tinha de tudo. Comida, tudo essas coisas. E era mais barato. Agora é uma fortuna. Você não pode comer... O arroz, tem que trabalhar um dia para ter dinheiro para comprar um pacote de arroz! A farinha de trigo agora, eu vi que estava dando [no rádio], vai fazer o preço do pão [subir].

E: Pois é né, os cacetinhos⁹, R\$1,00 cada um quase. Baaaah! Antigamente eram centavos!

G: E nós aqui, antigamente, nós não comprávamos porque os cara plantavam. Plantavam trigo, plantavam feijão, plantavam milho, e era tudo crioulo! E moíam, moía e estava tudo aí. Agora vem tudo comprado home! (Da Silva, 20 jun. 2024)

Por mais que haja uma associação entre os antigos armazéns e a origem dos alimentos, vemos no trecho que o senhor Gumercindo entende que as coisas eram melhores e mais baratas porque eram plantadas na própria região de Muitos Capões e com as sementes crioulas. Hoje, justamente pela região não plantar mais alimentos em larga escala, os preços sobem cada vez mais, como dito pelo entrevistado. Podemos ver aqui uma clara situação que Moore chama de “*frontier making*”¹⁰ (Moore, 2015, p. 73). Muitos Capões era uma cidade razoavelmente afastada dos centros agrícolas, sendo um espaço de apropriação de Capital onde se via o cultivo de alimentos baratos. Era a fronteira agrícola. Com a exaustão das outras áreas e o crescimento da demanda capitalista, a região se tornou um espaço de exploração, onde a agricultura de subsistência foi desvalorizada em prol da agricultura moderna. A comida barata, então, passa a vir da indústria alimentícia, enquanto os moradores passam a ser a fonte da mão de obra barata. O Capitalismo exige a presença de fronteiras que possam ser constantemente exploradas, e essas fronteiras são construídas e apropriadas a partir da lógica de valor da Natureza-Barata.

Apesar do cultivo para a subsistência, muitas comunidades quilombolas também faziam eventuais serviços fora de suas terras para juntar dinheiro, o qual poderia ser utilizado para comprar terras, para construir alguma casa, ou simplesmente para adquirir mais produtos (Rios; Mattos, 2005, p. 210). Todavia, a partir dos anos 1970 se inicia a Revolução Verde e, com ela, uma profunda mudança nas relações produtivas rurais:

[...] a chamada Revolução Verde prometia produzir alimentos em larga escala, a fim de alimentar as populações dos países que passavam fome. Para tanto, no lugar de uma agricultura de subsistência, buscavam introduzir a mecanização na agricultura, o uso de pesticidas e de adubos químicos para atingir o máximo de produção (Pino, 2022, p. 133).

A narrativa da produção de alimentos foi parte de um discurso promocional das grandes empresas químicas dos Estados Unidos, como a Monsanto. Finda a Guerra do Vietnã nos anos 1970, essas empresas precisavam de demanda para manter o enorme complexo industrial que se iniciou com a produção de agentes químicos utilizados na guerra (em especial o infame agente laranja). A mesma tecnologia é adaptada e divulgada como “defensivo agrícola”, dessa vez com a suposta intenção de ajudar a produção agrícola (Pozzetti, Magnani e Zambrano, 2021, p. 12). Mais uma vez vemos a exploração da Natureza-Barata, pois o Capitalismo antes usava a vida das pessoas como fonte de lucro na guerra; agora busca novas fronteiras agrícolas para enriquecer quem já está rico.

⁹ “Cacetinho”, no Rio Grande do Sul, é sinônimo de pão francês.

¹⁰ “Produção de fronteiras” (tradução nossa).

O Capitaloceno atuou com a Revolução Verde na reformulação da Natureza-Barata atribuindo valor à agricultura que pudesse ser produzida em larga escala e de forma homogênea. Isso porque os três pilares dessa modernização agrícola eram a mecanização, o uso de agentes químicos e a transgenia de plantas e animais (Andrioli *apud* Gerhardt, 2016, p. 168). No Rio Grande do Sul, viu-se uma intensa divulgação dos benefícios de uma agricultura mecanizada em jornais, eventos agrícolas e na criação de dezenas de cooperativas por todo o estado, sem falar na introdução e exaltação da soja (Gerhardt, 2016). Desse modo, construiu-se ideologicamente a ideia de que a agricultura deveria ser moderna para que pudesse ser produtiva e para que contribuísse ao desenvolvimento econômico do país. Camponeses negros, com pouco espaço e pouco dinheiro, não teriam como acompanhar essa mudança, razão pela qual passam a ser considerados atrasados, empecilhos ao desenvolvimento econômico da sociedade (Pino, 2022, p. 135). No quilombo Rincão dos Caixões, em Jacuizinho/RS, Maria do Carmo Aguilar (2012) identificou muitas famílias negras tendo que viver como itinerantes ou agregadas de latifundiários em função dessa transformação na lógica produtiva. Afinal, por mais que a família conseguisse plantar alimentos para o consumo, não tinham como vender os excedentes, visto que ninguém compraria apenas 1kg de batata num contexto em que os grandes produtores vendem toneladas do mesmo gênero agrícola, de uma só vez (Aguilar, 2012, p. 154).

Esse é um importante ponto de tensão entre o quilombo Mato Grande e seus arredores. Enquanto a agricultura vai sendo cada vez mais homogeneizada e mecanizada, a comunidade permanecia utilizando um sistema de comércio um tanto heterodoxo:

Entrevistador: Vocês vendiam produtos para o armazém? Comida, o que vocês plantavam?

José: Vendia. Tanto vendia, quanto trocava. Tinha o sistema “troca-troca”. [...] Quando não tinha sal, não tinha banha, não tinha farinha, eles trocavam [no armazém]. Avaliavam aquela mercadoria e trocavam. [...] Mas não adianta, a gente tinha que comprar. E naquele tempo já tinha o sistema troca-troca.

E: E por que parou esse sistema? Porque hoje em dia, se tu chega lá [no armazém], eles não vão querer fazer troca.

J: Não. O único que faz isso com o abacate, é a fruteira e um outro armazém lá. Eles pegam meus abacates e troco por carne. Já vem coxa de frango. Mas naquele tempo era muito usado isso aí. Era o sistema troca-troca. [...] era um sistema muito bom aquele ali! Agora estou fazendo isso. Troco os produtos por coxa de frango, pois se não comprar ali, vou comprar em outro lugar. Aí já pego ali mesmo e troco. (De Godoy, 20 jun. 2024)

O senhor José Godoy nos fala sobre o sistema “troca-troca”, bastante utilizado por todo o Rio Grande do Sul e por comunidades negras no geral. Esse escambo não envolvia tanto a ideia do lucro, visto que normalmente as pessoas trocavam por aquilo que precisavam. Por mais que o senhor José esteja tentando manter essa prática viva, foi algo que a Revolução Verde e a lógica capitalista destruíram, visto que não faz o dinheiro circular. Não gera valor e não se explora a Natureza-Barata. O que temos no Matão então, é uma comunidade negra camponesa que vivia da subsistência, com eventuais trocas no armazém local. Muitos moradores também realizavam serviços de empreitadas para os fazendeiros locais, como nos diz o senhor Gumercindo:

Gumercindo: Comecei a trabalhar por fazenda, por aí.

Entrevistador: Em fazenda, fazendo cerca também?

G: Eu fazia tudo que era cerca. Cerca de ripa, cerca de arame, cerca de lascão... E agora trabalho com lenha, aí fora estão elas. (Da Silva, 20 jun. 2024)

Esses trabalhos não eram profissionais, sendo muito mais por ocasião, razão pela qual homens como o seu Gumerindo não tinham “um” patrão, mas “vários” patrões. Dependendo da demanda, iriam trabalhar em várias fazendas diferentes no decorrer do ano. Tudo isso na informalidade. Com o fim do sistema troca-troca e o crescimento da Revolução Verde, como essas pessoas fariam para sobreviver? Afinal, esse tipo de trabalho para fazendeiros também vai cair em desuso, visto que o sistema agrícola moderno utiliza máquinas, não pessoas.

Ocorre que Muitos Capões e a região dos Campos de Cima da Serra foi palco de um processo diferente de transformação ambiental. Enquanto a soja reinou no norte e noroeste do Rio Grande do Sul, a região de altitude do nordeste do estado foi palco dos cultivos de maçãs. Iniciando com a “cartilha do agricultor” (Klanovicz, 2007, p. 92), a década de 1980 trouxe um intenso investimento na criação de pomares de maçã por toda a região de Vacaria¹¹, com o surgimento inclusive de empresas estrangeiras na região, como a italiana Lazzeri Fruticultura (Klanovicz, 2007, p. 115). Por mais que a pomicultura de maçãs siga a lógica do agronegócio e da mecanização, ela exige o trabalho manual principalmente nas podas e na colheita (Klanovicz, 2007, p. 178). É aqui que entram nossos amigos do Mato Grande. Com a chegada dos pomares em Vacaria, muitas terras foram adquiridas pelas empresas fruticultoras, passando a fazer um emprego massivo dos moradores quilombolas como auxiliares de serviços gerais. A senhora Juventina deixa isso bem claro, visto que, ao ser perguntada se algum de seus filhos saiu da comunidade, ela nos responde com: “Ninguém. Porque todos eles trabalham nas firmas¹² aqui. Então ficaram trabalhando aqui mesmo. Vão de manhã, voltam à tarde” (Da Silva; Godinho, 11 mar. 2024). A comunidade passa a ter uma dependência direta dessas firmas de maçãs, visto que a renda passou a vir do trabalho formal nos pomares¹³ onde as pessoas passam o dia todo trabalhando.

Em linhas gerais, podemos dizer que o Mato Grande era uma comunidade camponesa que vivia da própria terra, cultivando e negociando pela subsistência. Com a Revolução Verde, a região dos Campos de Cima da Serra é assolada pela pomicultura das maçãs, a qual possui uma constante demanda por mão de obra não qualificada que possa atuar nos serviços gerais. Os quilombolas, face a uma situação onde não serão capazes de se manter sem o uso da agricultura moderna, passam a abandonar a tradição camponesa e se tornam assalariados das diversas firmas que se instalam na região (Carneiro, 2025, p. 100). Antes produziam alimentos; agora produzem força de trabalho barata.

DANOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

Com os trabalhos nos pomares, a renda do Mato Grande passou a ser estável, porém com alguns custos. O senhor Paulo, que durante a vida inteira trabalhou como serviços gerais nesses estabelecimentos, nos fala um pouco sobre os problemas e riscos que corria:

Entrevistador: Como é a colheita da maçã?

Paulo: Ah, a colheita da maçã a gente usava sacola. Usava escadas. Alguns colhiam do chão, mas eu gostava mais da escada.

11 Na época, Muitos Capões era o 7º Distrito de Vacaria.

12 No Rio Grande do Sul, usa-se a palavra “firma” para se referir a qualquer indústria. No caso, a firma é a empresa que cultiva os pomares de maçã.

13 Além dos contratados por CLT, o período da colheita especialmente demanda a presença de diaristas, pessoas contratadas apenas para a safra. Findo o contrato, elas voltam para suas casas. Para mais informações sobre esse processo de trabalho sazonal, ver Neto e Fedrizzi (2021).

E: O senhor já teve algum ferimento nos braços durante a colheita?

P: Não. Mas na época que eu podava, alguns arranhões de serrote pelo braço eu já levei. E arde por causa do veneno.

E: Isso é importante, a questão do veneno. Aqui na região, ao redor da comunidade, tem muita plantação de soja ou maçã?

P: Tem bastante aqui.

E: E já chegou alguma vez a ter problemas pelo veneno? Alguém pegar alguma doença, por exemplo.

P: Que eu saiba não. Só a alergia pelo veneno. Começa a espirradeira. (Da Silva; Ribeiro, 11 mar. 2024)

O veneno é uma constante na vida dos trabalhadores da pomicultura. Veneno que ataca o sistema respiratório com a alergia, e a epiderme através das feridas e arranhões decorrentes das árvores. O fato de o senhor Paulo falar sobre a ardência nos braços aponta para o fato de trabalharem sem um Equipamento de Proteção Individual (EPI), o que evidencia a insalubridade do trabalho a que estão expostos os quilombolas do Mato Grande. O senhor José Godoy nos confirma:

José: [...] Tive muito pouco problema com veneno. Trabalhei com veneno, mas não muito. Agora [...] ali onde a gente tirava pinhão, [...] tinha gente com câncer por conta do agrotóxico. E bastante. Ele é cancerígeno. Não sei quais os produtos. Eu falo para meu irmão que trabalha na firma, na preparação do produto: “se cuide home!” Ele é mais novo, está estragado que nossa. Trabalha não sei há quantos anos ali com os produtos. “Você tem que colocar os EPI!” Ele não colocava! O pessoal dizia: “você vão morrer!”. Agora diz que vão botar como exigências. E as firmas até vão largar os empregados que não usarem. Querem que usem, está certo! (De Godoy, 20 jun. 2024)

Como vemos, o irmão de José trabalha sem proteção. É importante observar que a fala do entrevistado leva a crer que a culpa é dos trabalhadores que não querem usar o EPI. Fato é, a comunidade se encontra em um contexto de trabalho com pesados danos ambientais decorrentes do excessivo uso de venenos e agrotóxicos¹⁴. Isso não é novidade no mundo da pomicultura, já que, em 2008, Maria Aparecida de Moraes Silva analisou as condições de trabalho de mulheres e homens nos laranjais do interior paulista. Dentre os diversos acidentes, destacamos os decorrentes de galhos e quedas das escadas usadas na colheita, além das alergias e problemas dermatológicos causados pelo excesso de agrotóxicos (Silva, 2008, p. 10). Porém, a autora é enfática ao afirmar que

Não há como garantir a segurança dos trabalhadores nos procedimentos da colheita de laranja. Esta é uma atividade que requer do trabalhador o zelo por sua própria segurança. Não há EPIs ou similares capazes de fornecer aos trabalhadores a segurança necessária (Silva, 2008, p. 25).

Para Silva (2008), a incapacidade de proteção é por conta da própria dinâmica do trabalho na pomicultura. Seja pela força da gravidade (no caso de quedas de escadas), seja pela força química (pelo excesso de veneno, que proteção nenhuma consegue limitar), a pessoa trabalhadora fica por sua própria conta e risco. Seguindo por essa senda, em São Lourenço do Sul, município localizado às margens da Lagoa dos Patos, Jonas das Neves (2014) fez uma pesquisa com os camponeses da região - a maioria quilombola - e os trabalhos que exerciam nas firmas e lavouras como diaristas. Lá, o autor também identificou a ausência de EPIs para os trabalhadores do setor do fumo:

¹⁴ Existem diversos casos de câncer no quilombo, mas não há ainda estudos que comprovem a ligação direta entre a doença na comunidade e os agrotóxicos das macieiras.

É verdade que os próprios agricultores que contratam os diaristas na época da colheita também não utilizam os equipamentos, alegando que são muito quentes e por isso seu uso é inviável no verão, época em que as folhas são colhidas. Todavia, cabe chamar a atenção para o fato de que o EPI deve ser fornecido pelos produtores aos contratados. Porém não há equipamento disponível para os trabalhadores, de modo que o não equipar-se, entre os diaristas do fumo, mais do que uma escolha é uma imposição (Neves, 2014, p. 23).

É possível que em Muitos Capões a situação seja semelhante. As firmas de maçã não fornecem o EPI por ser “inviável” e assim, seu não-uso é uma imposição. O fato de o senhor José indicar que há agora uma exigência para as firmas fortalece nossa posição, visto que possivelmente houve denúncias ou reclamações que resultaram na intervenção da lei para que as empresas disponibilizem os EPIs aos funcionários.

Além desse problema ambiental decorrente do agrotóxico, há um importante problema social que é decorrente dessa mudança produtiva: a perda da ancestralidade e da identidade com o território. A comunidade quilombola Boa Vista, localizada no Pará, era uma clássica comunidade rural negra até a chegada do megaempreendimento Mineradora Rio do Norte. Em pouco tempo, a mineradora passou a utilizar a mão de obra não especializada dos quilombolas - também como serviços gerais - sendo atualmente responsável pela renda de 80% da comunidade (Correa; Ribeiro; Silva, 2015, p. 41).

Esse é um perfeito caso para se enxergar as ações decorrentes do Capitaloceno. A comunidade Boa Vista não trabalha mais na sua própria terra - ainda que viva nela. Sua renda, seu tempo e sua vida, são experienciados e vividos nas imediações da mineradora, o que pode resultar em uma melhoria material, mas em uma profunda perda da sua raiz comunitária. Isso porque

[...] os mais jovens não são mais ensinados a cultivar suas raízes; são desviados desta e se apropriam da cultura capitalista, estranha a sua, mas que passa a ser assimilada sem objeções. O trabalho com o artesanato, nas danças, nos rituais, na culinária típica, são atividades que não despertam mais interesse da juventude, e que passam a não ser mais reproduzidas, ficando limitados aos idosos e alguns poucos. Os jovens buscam novas atividades de lazer e também um trabalho na empresa (Correa; Ribeiro; Silva, 2015, p. 52).

Construindo suas vidas em torno da venda da sua força de trabalho, os jovens não se identificam com a terra dos seus antepassados. Não há sentido em praticar as danças e festas dos seus avós. Mais vale usar o Instagram no celular que comprou parcelado graças ao salário que recebe na mineradora. Esse tipo de relação trabalhista é a Natureza-Barata na sua essência. Os moradores da Boa Vista não são especializados, logo, ocupam cargos de baixa escolaridade, baixos salários e facilmente substituíveis ou descartáveis para a empresa. É uma força de trabalho que rende com baixo custo. E mais ainda, essa prática pode ser entendida como a expropriação das terras quilombolas (Correa; Ribeiro; Silva, 2015, p. 46). Afinal, com a juventude perdendo seus laços com a terra e adotando a ideologia do Capital e do lucro, eventualmente podem vender as terras para a mineradora ou algum outro interessado, que vai assim expandir a um baixo custo as áreas que pode explorar. Seguimos vendo o *frontier making* através de uma construção ideológica, dessa vez, do que tem valor cultural.

Por fim, um terceiro grave problema decorrente desse assalariamento, é a perda de práticas comunitárias, como os famosos mutirões ou puxirões (Correa; Ribeiro; Silva, 2015, p. 53). Historicamente, comunidades negras rurais trabalham coletivamente, com famílias ajudando umas às outras na construção de casas ou no trato da lavoura, sendo a recompensa paga em uma festa e um banquete.

Com a lógica Capitalista, a juventude não vê motivo para se envolver nessa prática. Afinal, vai receber o que em troca? O Capitaloceno impõe a mercantilização de tudo que existe, inclusive da ajuda mútua das pessoas.

Voltando para o Mato Grande, vemos os mesmos elementos tomando forma de maneira bastante acentuada. A perda da identificação com a terra é evidente no fato de a juventude da comunidade não saber muita coisa sobre sua ancestralidade (Da Luz; Ribeiro, 11 de março de 2024). Como vimos no primeiro trecho que inicia este texto, o senhor José Godinho e a dona Juventina falam que, nas suas infâncias, iam junto com os mais velhos para a lavoura, onde aprendiam várias coisas ensinadas por eles. Esse aprendizado oral, transmitido de geração a geração, é fundamental para a permanência cultural das comunidades negras (Santos, 2023) e, com a juventude passando seu tempo trabalhando em firmas e indústrias, sem dúvida vai se perder. Afinal, como uma mãe vai ensinar seu filho se ela está no meio de um pomar de maçãs?

O segundo problema, da expropriação indireta, nos é explanado pelo senhor José Godoy:

Entrevistador: E quando o senhor vê que começou a crescer a comunidade?

José: Mas isso aí, que se desenvolveu, faz uns 20 anos. De uns 20 anos para cá que começaram. Os terrenos são baratos né. Então não dá nem para comparar com a sede aqui. Em Muitos Capões, para um pobre se alojar, não é fácil. Ali é R\$70.000,00, R\$100.000,00, R\$150.000,00 um lote. Um terreno, nem lote. E no Matão eles vendem, agora estava vendendo um que meu sobrinho de Vacaria comprou, era R\$5.000,00 o terreno. Agora já estão pedindo 15, 20 mil. Mas para 70, 80 mil... O pessoal de fora, de Vacaria, uma parte está se colocando ali. Porque vem e o terreno é barato. (De Godoy, 20 jun. 2024)

Como o Mato Grande não possui titulação, os terrenos são individuais e utilizados pelas pessoas como lhes convém. Justamente por isso muitos lotes estão sendo vendidos dentro da comunidade, trazendo pessoas de fora que veem a possibilidade de lucrar com um terreno barato em um espaço de crescente agroindústria. Em visita à comunidade em junho de 2024, havia um lote para venda no centro da comunidade que foi vendido poucos meses depois. Sem dúvidas esse é um caso de expropriação indireta e passiva, já que a presença dessas pessoas de fora e a compreensão de que aquela terra não é ancestral, mas sim uma zona de exploração da Natureza-Barata, pode fazer com que o quilombo gradualmente desapareça ou seja incorporado por alguma outra comunidade/empresa.

Por fim, o problema da falta de sociabilidade é manifestado pela dona Zenilda, no segundo trecho que inicia este texto. A entrevistada faz várias reclamações sobre a falta de ajuda na comunidade, a qual não era assim em outros tempos. A senhora Juventina também nos contou que na época de seu avô Vicente, era comum os puxirões com baile e festança depois do serviço (Carneiro, 2024b). Essas práticas são cada vez mais raras, sendo praticadas apenas pelos familiares e amigos mais chegados, sem dúvida por conta do trabalho nos pomares e pela mercantilização da ajuda. Antônio Bispo dos Santos (2023, p. 15) destacou muitas vezes a existência e a importância da confluência nas comunidades quilombolas, confluência que “é uma força que rende, que aumenta, que amplia”. Confluir é a união de saberes, de costumes, de paixões; é a transformação do Eu com o Outro, dando força e vitalidade a uma harmonia e uma relação de pertencimento e auxílio mútuo. A confluência do Matão está cada vez mais em risco, pois os espaços de sociabilidade são cada vez mais raros e cada vez mais escanteados pela lógica capitalista.

Assim como no quilombo Boa Vista, o Mato Grande está sendo palco de um processo de pesadas transformações decorrentes das mudanças ambientais. As macieiras - e mais recentemente a soja - ocupam o que antigamente era uma vasta região de campos e florestas de araucária (Carneiro, 2024c, p. 2). Com o cerceamento da comunidade e a dificuldade de viverem da própria terra, os moradores começam a vender sua força de trabalho nas firmas da região. Se ganham materialmente, há uma pesada perda cultural. Espaços de sociabilidade e de transmissão de conhecimentos e da tradição oral do Matão vão sendo cada vez mais raros, substituídos por uma lógica individualista e mercantil da vida. Ao mesmo tempo, os venenos advindos dos pomares se instalam na pele das pessoas e na própria terra. Várias entrevistas falam sobre sangas que deixaram de existir, além do já comentado câncer. A própria agricultura de subsistência também não é mais praticada, havendo no máximo algumas pequenas hortas familiares (Da Silva; Godinho, 11 mar. 2025). Isso sem falar no problema, que pode se tornar gravíssimo, do ingresso de pessoas de fora por meio da compra de lotes baratos no seio da comunidade.

UM FUTURO INFANTIL

Através deste artigo, fizemos uma visita ao quilombo Mato Grande e conhecemos os processos históricos que transformaram a população da comunidade de um campesinato para um proletariado. Como vemos, a questão ambiental está fortemente vinculada a essas mudanças, dado que a lógica do Capital e a exploração da Natureza-Barata atribuem um valor maior à maçã e à monocultura do que ao plantio de alimentos para a subsistência, fazendo assim com que a comunidade busque outras formas de resistir e sobreviver. Formas que resultam na exploração de seus trabalhos, de suas vidas e também de suas terras.

Não há como ver o caso dessa comunidade quilombola e não pensar no Capitaloceno. A transformação que está acontecendo não é por culpa do ser humano, genericamente falando. É culpa da lógica do Capital, do desejo de lucro e do consumo. A ânsia por dinheiro legitima todo e qualquer ato, inclusive o racismo ambiental. Afinal, por que são os quilombolas e os demais auxiliares de serviços gerais quem mais têm que sofrer com os efeitos dos agrotóxicos? Seja em Muitos Capões, São Paulo ou em São Lourenço do Sul, esse grupo social é o mais afetado por esse grave problema ambiental. E não precisamos nos esforçar muito para ver alguém defender essa prática através da ideia de “geração de emprego” ou algo assim.

Para encerrar, voltemos ao terceiro trecho que inicia este texto, o qual ainda não foi analisado. O senhor Paulo nos conta que parou de estudar para trabalhar e ajudar a família. Essa é uma constante em comunidades rurais, ainda mais comunidades negras. O filho do casal Paulo e Josiane, porém, tem o objetivo de romper esse ciclo:

Entrevistador: G, o senhor quer ficar morando aqui pra sempre? Quer ir embora? O que tu pensa disso?

G: Quero ficar morando aqui.

Janaína: Esse não vai te abandonar cumadre (risos).

E: E foi dito “faculdade”. Tem gente aqui que está fazendo faculdade ou que já esteja formado?

Josiane: Não. Daqui não. Por enquanto ainda não.

Ja: A maioria está terminando os estudos [Ensino Médio]. Acho que faculdade é só para esses mais novos, que têm interesse.

Jo: O G disse que vai fazer faculdade.

E: Quer cursar o quê? Ser o quê?

G: Professor. De matemática. (Da Silva; Ribeiro, 11 mar. 2024)

G tinha 11 anos de idade à época da entrevista. Como vemos no seu relato, não apenas o jovem quer ficar morando na comunidade, mas quer fazer faculdade e ser professor. Se seu pai e sua mãe não puderam terminar sequer o ensino fundamental por conta do trabalho, o guri pretende materializar os sonhos de sua família. Ser de fato o futuro melhor para o Mato Grande.

Além de G, também conversamos com as duas filhas de Janaína que mostraram bastante interesse nas falas dos avós e inclusive ficaram sentadas prestando atenção enquanto o senhor José Godinho e a senhora Juventina falavam (Carneiro, 2024b). Como seu primo G, as duas meninas também demonstraram não apenas querer estudar, mas querer saber mais sobre sua ancestralidade, sobre a origem daquela comunidade. Se a geração que atualmente trabalha nos pomares parece ter perdido seu contato com a terra, a próxima geração, as crianças do quilombo, parecem mais do que dispostas a manter viva a ancestralidade e seus laços com a terra de seus antepassados. Inclusive chegaram a fazer bonecos (Figura 2) representando Vicente e Manoela, importantes figuras para a construção da comunidade.



Figura 2: Bonecos de pano representando “vô Vicente” e “vô Manoela”.
Fonte: Carneiro, 2024a.

A relação com os avós é destacada por Antônio Bispo dos Santos como o cerne da manutenção da ancestralidade (2022, p. 282). O fato de as crianças já estarem crescendo em um quilombo reconhecido, não mais apenas em uma comunidade rural, sem dúvida está dando força para que a tradição resista mesmo em meio à pressão do Capitaloceno. Enfim, apesar de todo o contexto de crise e catástrofe ambiental em que estamos inseridos, as crianças do Mato Grande nos servem como esperança. Podem ser elas as construtoras de um mundo alternativo à lógica de exploração da Natureza-Barata. Um modo de vida que não se baseie na mercantilização de tudo. Um modo de vida em um mundo confluyente.

REFERÊNCIAS

FONTES ORAIS

Da LUZ, Zenilda das Graças Teles. *Zenilda das Graças Teles da Luz*: entrevista [11 março 2024]. Entrevistador: Acácio Garcez Carneiro.

Da SILVA, Gumercindo Francisco. *Gumercindo Francisco da Silva*: entrevista [20 junho 2024]. Entrevistador: Acácio Garcez Carneiro.

Da SILVA, Josiane Catarina Luz; RIBEIRO, Paulo César. *Josiane Catarina da Luz e Paulo César Ribeiro*: entrevista [11 março 2024]. Entrevistador: Acácio Garcez Carneiro.

Da SILVA, Juventina Oliveira; GODINHO, José. *Juventina Oliveira da Silva e José Godinho*: entrevista [11 março 2024]. Entrevistador: Acácio Garcez Carneiro.

Da SILVA, Terezinha de Jesus. *Terezinha de Jesus da Silva*: entrevista [11 março 2024]. Entrevistador: Acácio Garcez Carneiro.

De GODOY, José Aramis. *José Aramis de Godoy*: entrevista [20 junho 2024]. Entrevistador: Acácio Garcez Carneiro.

FONTES ICONOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

CARNEIRO, Acácio Garcez. *Bonecos de Vicente e Manoela*. Acervo do autor. 2024a.

CARNEIRO, Acácio Garcez. *Caderno de campo*. Acervo do Autor, 2024b.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU). *Diário Oficial da União (DOU) de 20 de maio de 2016*. 2016. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2016/05/20/Secao-1>. Acesso em: 29 set. 2025.

WIKIPÉDIA. *Município de Muitos Capões*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Muitos_Cap%C3%B5es#/media/Ficheiro:RioGrandedoSul_Municip_MuitosCapoes.svg. Sem data. Acesso em: 29 set. 2025.

BIBLIOGRAFIA

AGUILAR, Maria do Carmo Moreira. *Famílias negras no Planalto Médio do Rio Grande do Sul (1940-1960): terra, migração e relações familiares*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH, UFRGS. Porto Alegre, 2012.

CARNEIRO, Acácio Garcez. Pobre de plantar a própria comida: a agricultura em uma comunidade quilombola da serra gaúcha (Muitos Capões/RS). *Boletim Do Tempo Presente*, v. 14, n. 1, p. 80-109, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempopresente/article/view/22716>. Acesso em: 29 set. 2025.

CARNEIRO, Acácio Garcez. Um quilombo no Matão: a história oral como ferramenta de luta social. In: XVII Encontro Nacional de História Oral: Trajetórias, Movimentos e Perspectivas, Joinville, 2024. *Anais [...]*. Joinville: UNIVILLE, 2024c. Disponível em: https://www.encontro2024.historiaoral.org.br/resources/anais/10/eabho2024/1729361549_ARQUIVO_f6c13065e52589a41885770fab0f9744.pdf. Acesso em: 29 set. 2025.

CORREA, Sílvia da Silva; RIBEIRO, Alyson Fernando Alves; SILVA, Ricardo Gilson da Costa. A subjugação da força de trabalho quilombola ao Capital na Amazônia: análise sobre o quilombo Boa Vista no município de Oriximiná (Pará). *Terr@ Plural*, v. 9, Número Especial, p. 39-55, jan./jun., 2015. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/9711>. Acesso em: 29 set. 2025.

CRIST, Eileen. A pobreza da nossa nomenclatura. In: MOORE, Jason W. (org.). *Antropoceno ou Capitaloceno?* Natureza, história e a crise do capitalismo. Tradução de Antônio Xerxenesky e Fernando Silva e Silva. São Paulo: Elefante, 2022. p. 34-65.

CRUTZEN, Paul Josef; STOERMER, Eugene. The “Anthropocene”. *IGBP Newsletter*, n. 41, p. 17-18, 2000. Disponível em: <http://www.igbp.net/download/18.316f18321323470177580001401/1376383088452/NL41.pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Muita terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito. In: *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 60-81. Disponível em: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/Folheto44/FO-CX-44-2762-2000.pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.

GERHARDT, Marcos. Uma história ambiental da modernização da agricultura: o norte do Rio Grande do Sul. *História: debates e tendências*, v. 16, n. 1, p. 166-180, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5524/552459226010/552459226010.pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.

HAMILTON, Clive; BONNEUIL, Christophe; GEMENNE, François. Thinking the anthropocene. In: *The Anthropocene and the Global Environmental Crisis: rethinking modernity in a new epoch*. Los Angeles: Routledge Environmental Humanities, 2016. p. 1-13.

LAVERDI, Robson. *História oral, resistências e democracia* (palestra). Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). XVII Encontro Nacional de História Oral, Joinville/Santa Catarina. 05 de setembro de 2024.

KLANOVICZ, Jó. *Natureza Corrigida: uma história ambiental dos pomares de macieira no sul do Brasil (1960-1990)*. 2007. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

LOPES, Alfredo Ricardo Silva; JÚNIOR, Mário Martins Viana. O Antropoceno como Regime de Historicidade. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, v. 12, n. 23, p. 9-24, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7872055>. Acesso em: 29 set. 2025.

MEIHY, José Carlos Sebe; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2020.

MOORE, Jason W. *Capitalism in the Web of Life: ecology and the accumulation of Capital*. Londres: Verso, 2015.

MOORE, Jason W. O surgimento da Natureza-Barata. In: MOORE, Jason W. (org.). *Antropoceno ou Capitaloceno?* Natureza, história e a crise do capitalismo. Tradução de Antônio Xerxenesky e Fernando Silva e Silva. São Paulo: Elefante, 2022. p. 128-187.

NETO, Alberto Bracagioli; FEDRIZZI, Tiago Zilles. Cartografia dos deslocamentos: trabalhadores sazonais da maçã em Vacaria. *Redes (Revista do Desenvolvimento Regional)*, v. 26, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5520/552070455012/552070455012.pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.

NEVES, Jonas Anderson Simões das. Diaristas Agrícolas: entre o assalariamento e o ser camponês. *Ruris*, v. 8, n. 1, p. 9-30, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16900>. Acesso em: 29 set. 2025.

PÁDUA, José Augusto de; CARVALHO, Alessandra Izabel. A construção de um país tropical: uma apresentação da historiografia ambiental sobre o Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 27, n. 4, p. 1311-1340, out./dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/4ZNMfLkYp3mp7gwK3GnK4dg/>. Acesso em: 29 set. 2025.

PINO, Vanda Aparecida Fávero. *Territórios quilombolas em terras do Sul: confluências entre oralidade, história e resistência*. 2022. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Proj. História*, v. 14, p. 25-39, 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/download/11233/8240>. Acesso em: 29 set. 2025.

POZZETTI, Valmir César; MAGNANI, Maria Clara Barbosa Fonseca; ZAMBRANO, Virgínia. Revolução Verde e Retrocesso Ambiental. *Revista Catalana de Derecho Ambiental*, v. 12, n. 1, p. 1-27, 2021. Disponível em: <https://revistes.urv.cat/index.php/rcda/article/view/3013>. Acesso em: 29 set. 2025.

PREFEITURA DE MUITOS CAPÕES. *Histórico*. Disponível em: <http://www.muitoscapoes.rs.gov.br/historico>. Acesso em: 29 set. 2025.

RANGEL, Tauã Lima Verdan. Racismo ambiental às comunidades quilombolas. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, v. 4, n. 2, jul./dez. 2016, p. 129-141. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/393>. Acesso em: 29 set. 2025.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Dos SANTOS, Antônio Bispo. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: UBU, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos; GUARANI, Jerá. Confluências Afro-Indígenas: uma conversa com Antônio Bispo dos Santos e Jerá Guarani. In: MARRAS, Stelio; TADDEI, Renzo (org.). *O Antropoceno: sobre modos de compor mundos*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022. p. 270-293.

SCHMIDT, Benito Bisso. Do que falamos quando empregamos o termo “subjetividade” na prática da história oral? In: LAVERDI, Robson; FROTSCHER, Méri; DUARTE, Geni; MONTYSUMA, Marcos Freyre; MONTENEGRO, Antônio Torres (org.). *História oral, desigualdades e diferenças*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Mortes e acidentes nas profundezas do ‘mar de cana’ e dos laranjais paulistas. *INTERFACEHS: Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, v. 3, n. 2, p. 1-31, abr./ago. 2008. Disponível em: <https://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art1-2008-2.pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.

SVAMPA, Maristella. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.

SZTUTMAN, Renato. No limiar entre ciência e ficção: especulação e imaginação para responder ao Antropoceno. In: MARRAS, Stelio; TADDEI, Renzo (org.). *O Antropoceno: sobre modos de compor mundos*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022. p. 130-187.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2324>. Acesso em: 29 set. 2025.